

Desenvolvimentos técnicos, jornalistas, mulheres e escravos: revistando os princípios da história da imprensa brasileira

Camila Mozzini*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Resumo

Desenvolvimentos técnicos progressivos? Público feminino passivo? Escravos e escravidão apartados dos debates da imprensa? Em meio a um contexto jornalístico ainda artesanal, é interessante revisar algumas movimentações desta época de profundas transformações no modo de reportar e informar os fatos históricos e cotidianos. Por esta razão, o presente artigo realiza um breve voo acerca do desenrolar

*Mestranda em Psicologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, também na UFRGS. E-mail: camila.mozzini@gmail.com.

deste período com o intuito de aprofundar alguns aspectos da história dos primórdios da surpreendente imprensa brasileira.

Palavras-chave: Imprensa artesanal; desenvolvimentos técnicos, jornalismo; mulheres; escravidão.

As práticas de uma emergente imprensa no continente europeu já se manifestavam tanto através da oralidade quanto de manuscritos muito antes do século XV. Segundo Bahia (1990), o jornalismo surgiu para realizar uma função que não está distante da escrita manuscrita expressa em cartas, pois o jornalismo escrito foi o que antecedeu o impresso. Contudo, a prensa gráfica criada por Johann Gutenberg de Mainz, em 1450, causou uma revolução na época, apesar das técnicas de impressão já serem praticadas na China e no Japão desde o século VIII. O surgimento de jornais no século XVII aumentou a ansiedade sobre os efeitos desta nova tecnologia. Com a multiplicação dos livros, as bibliotecas tiveram que ser ampliadas e os bibliotecários enfrentavam o problema de manter os catálogos atualizados e se inteirar sobre as novas publicações. Porém, falar de impressão gráfica como agente de mudança é dar muita ênfase ao meio técnico em detrimento de escritores, impressores e leitores que usaram a nova tecnologia. Talvez seja mais realista ver esta técnica como catalisadora, mais se inter-relacionando com as mudanças sociais e culturais do que as originando.

Em meio à valorização do conhecimento enciclopédico, Briggs e Burke (2004), assinalam que a impressão gráfica facilitou a acumulação de conhecimento por difundir mais amplamente as descobertas provenientes das investidas comerciais e científicas da época. Por outro lado, esta tecnologia desestabilizou o conhecimento ou o que era entendido como tal, pois os leitores poderiam encontrar com menor dificuldade histórias e interpretações conflitantes. Os materiais impressos, confiáveis ou não, tornaram-se muito importantes na vida diária dada a sua capacidade de penetração, com a difusão de livros, panfletos e jornais.

Neste contexto, as diferentes formas de comunicação contribuíram de forma diversa para a divulgação dos eventos e convulsões sociais da época, modificando também o próprio sistema de mídia. Porém, esta modificação não se deu linearmente de uma expansão da participação política refletida no crescente e amplo acesso a notícias; no término da

censura e na evolução da liberdade política; no movimento do Antigo Regime para um regime democrático. Ao contrário, a história é descrita como zigzagues regionais, com momentos particulares nos quais o acesso à informação tornou-se menor, e não mais amplo.

Dessa forma, tem-se que o surgimento da imprensa no Brasil se deu com a vinda da Corte Real Portuguesa, que fugia das invasões napoleônicas. Em 1808, a família real trouxe consigo a tecnologia necessária para que houvesse a implantação da imprensa. Foi lançado, então, a *Gazeta do Rio de Janeiro* que, fazendo referência simbólica ao poder, era porta-voz dos relatos oficiais do império português.

Até então, a administração colonial impedia a tipografia e o jornalismo no Brasil. No entanto, isso não evita que a arte gráfica funcione clandestinamente, como aconteceu em Pernambuco, em 1706, e no Rio de Janeiro, em 1746 (BAHIA, 1990). O autor assinala que são razões de Estado, como garantir o colonialismo, conservar o controle de seus interesses econômicos e políticos e deter as aspirações à liberdade, e não de outra natureza que fazem com que Portugal mantenha a proibição da imprensa. Contudo, a situação em grande parte da América é outra, visto que, no México, já havia tipografia desde 1533 e no Peru, desde 1584:

O Brasil, é claro, não pode esperar pela instalação oficial da imprensa e desenvolve, pelos meios de que dispõe, formas de difusão de ideias e de notícias, como fazem Gregório de Matos, em fins do século XVIII, e todos os outros aprendizes culminando, no século XIX, com os panfletos e o jornalismo convencional (BAHIA, 1990: 21).

Oficialmente, o jornal *Correio Braziliense* (1808 - 1822), de Hipólito da Costa, é tido como o primeiro jornal brasileiro. Impresso na Inglaterra e com circulação no Brasil, a publicação expressava os ideais de Hipólito¹. Diferentemente da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o jornal propunha a divisão em editorias mais específicas para segmentar os

¹Segundo Bahia (1990), Hipólito da Costa buscava transmitir ao povo brasileiro, através do jornal, os ideais liberais da época, tais como a monarquia constitucional, a liberdade de opinião, a abolição da escravatura, a defesa da imigração, a criação de júri popular, a instituição da universidade, a mudança da capital para a região central e a independência do Brasil.

conteúdos em seções de política, comércio e artes, literatura e ciências, ciências e miscelânea, além de subseções para correspondências e reflexões. Contudo, o *Correio Braziliense* não foi o primeiro jornal feito na Europa a ser lido regularmente no Brasil pois, desde 1778, por exemplo, a *Gazeta de Lisboa* circulava na América Portuguesa, assim como as mais de quinze publicações impressas em Portugal que circularam durante o governo do marquês de Pombal (MOREL, 2003). A diferença, porém, é que Hipólito não estava aliado à imprensa oficial portuguesa.

Neste início, a temática brasileira e a literatura tiveram pouco espaço nos periódicos, tendo em vista que os temas políticos internacionais eram predominantes (MOREL, 2003). Contudo, após a Independência (1822), passou-se a buscar uma identidade nacional brasileira, expressa com os autores do Romantismo. Nesse período, a literatura ganhou cada vez mais prestígio, tornando-se um poderoso fator de distinção social, ao mesmo tempo em que não era compatível com determinadas atividades profissionais, como a médica, por exemplo. Jornalismo e literatura ainda não tinham uma divisória demarcada como na atual imprensa, desta forma, o folhetim, que designava o largo rodapé da primeira página do jornal ocupado por piadas, charadas, receitas, novidades, historietas e cartas, foi um dos fatores responsáveis pelo aumento significativo das tiragens e números de jornais:

O espaço dos rodapés sofreu transmutações sucessivas até que passou a comportar trechos de uma narrativa fatiada, obra publicada aos pedaços, em progresso, fazendo com que o leitor, instigado pela curiosidade e pelo suspense das histórias, adquirisse diariamente o jornal (MOREL, 2003: 55).

Não existia ainda a publicidade propriamente dita na medida em que anúncios e classificados se misturavam na seção “Avisos” (MOREL, 2003: 83). Como também não havia regulamentação acerca do direito autoral, os originais eram publicados sem que o autor autorizasse ou fosse remunerado por isso. Desta maneira, os jornais e revistas se conformaram como suporte ideal para o exercício dos gêneros literários da época tendo em vista o alto custo de publicação de um livro.

Em meio a esse contexto, o público feminino teve um papel fundamental para o desenvolvimento da literatura romântica e da própria imprensa: as mulheres tanto liam os folhetins publicados em jornais como escreviam seus textos, mesmo que enfrentando preconceitos e limitações pela sociedade patriarcal do século XIX². Os escritores, percebendo a força crescente do público feminino, passaram a dirigir seus textos a elas. Além disso, os primeiros manifestos femininos reivindicando maior participação na vida pública e direitos de cidadania foram publicados na imprensa brasileira em 1823, no jornal republicano *Sentinella da Liberdade*, do radical Cipriano Barata (MOREL, 2003).

Na época, assinar um jornal em um período em que a imprensa não era regular significava partilhar as ideias de determinado jornal e apoiar publicamente esta posição, o que poderia gerar problemas e censura se o periódico em questão fosse contra o governo. Desse modo, emerge a figura pública do jornalista ou panfletário, chamado de redator ou gazeteiro, homem de letras que se incumbia de uma missão política e pedagógica. “É o tipo de escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates, que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações” (MOREL, 2003: 15). A atividade jornalística levou décadas para ser regulamentada tendo em vista que, em seu início, os mais diversos profissionais poderiam exercer o papel de redator. Mesmo após a imprensa ter se consolidado como empresa, por um bom tempo aqueles que trabalhavam nas redações eram profissionais sem formação acadêmica específica, fato que incomodou a João Paulo Alberto Coelho Barreto, mais conhecido como João do Rio, que prescrevia que:

Para ser jornalista em qualquer parte do mundo civilizado, é preciso ter vocação e prática. Já se dispensa o bom senso, como se dispensa o estilo e a impertinente gramática. Aqui não há estilo, não há gramática, não há prática, não há bom senso, não há vocação. Um pequeno estudante, naturalmente poeta, tem crise monetária. A revisão incomoda-o. É difícil emendar o que os outros escrevem, quando não se

²Segundo Morel (2003), a maioria das mulheres, até 1830, eram analfabetas. Porém, ainda que tal ato incomodasse alguns gazeteiros, era muito comum na época as leituras coletivas em locais público como livrarias e tendas de comércio, ou até mesmo em reuniões na casa de conhecidos.

tem absoluta certeza. O povoamento do solo já não tem empregos, nem para os mineiros. Que fazer? Um pequeno estudante arranja um empenho político e amanhece repórter. Um cidadão qualquer fracassou em todas as profissões, quebrou, foi posto fora de um clube de jogo. Que faz? É jornalista. Aquele moço bonito, cuja bolsa parca só se compara à opulência de vontade de frequentar as rodas chiques, vê-se à beira do abismo? Não há hesitações. Faz-se jornalista. O idiota que quer gastar dinheiro, o industrial esperto, o político com apetites de chefe, estão em crise? Surge imediatamente o jornal para lançá-los, lançado por eles (BARRETO apud MEDINA, 1988: 57).

Nesse contexto, Morel (2003) aponta que os jornais eram dirigidos a duas categorias de público leitor: os leitores ativos e os leitores passivos³. Os periódicos que prezavam pelos primeiros dialogavam com os membros da República das Letras, buscando a integração destes com os grupos dirigentes. Desta forma, desejava-se um público ilustrado e poderoso, constituído por sábios e homens de posse que fossem capazes de formar um grupo influente e privilegiado. Já o público passivo era considerado como fora da República das letras e de grupos de poder, eram rudes, iletrados e pobres. Nesse sentido, os periódicos que se dirigiam a este público assumiam uma missão pedagógica e civilizadora, com o fim de integrar esta parcela da população ao trabalho e à cidadania de forma útil. Alguns homens de letras também buscavam no público passivo um instrumento de mobilização política e a formação de blocos históricos.

Imersa na concepção iluminista europeia, a opinião pública no Brasil se instaura no momento da criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas publicizadas divergiam do governo. Entre os anos de 1820 e 1821 se conforma o momento crucial para a emergência deste contexto. Desta forma, a opinião pública é consensuada em duas formas preponderantes: como opinião da maioria ou como “rainha

³Parece que essa divisão ainda persiste no jornalismo brasileiro. Há uma grande diferença de temas e formato nos periódicos destinados a um público mais elitizado, como o que lê o jornal Zero Hora, e o público do Diário Gaúcho, ainda que, neste último, a preocupação em ‘civilizar’ os leitores não seja muito relevante.

do mundo” (MOREL, 2003, p. 31). Esta última faz menção ao fato de se considerar a opinião como um produto simbólico que detém força moral e jurídica, soberana no reino da razão e defendida pelos homens de letras:

Razão e moderação: os liberalismos políticos se afirmavam no início do século XIX como reação e resposta aos princípios revolucionários, que, desde fins do século XVIII, eram a referência central das discussões políticas (MOREL, 2003: 29).

Já a outra concepção, coletiva e normativa, traz em seu significado a identificação com a vontade da maioria, independente da supremacia da razão, a partir das práticas de sociabilidade e reuniões para decidir o bem comum. “São ingredientes de um discurso igualitário ou mesmo jacobino, identificados à defesa da chamada *soberania popular*” (MOREL, 2003, p. 31). Desta forma, uma opinião não era mais rainha, mas sim a demonstração da vontade da maior parte dos integrantes de uma sociedade. Entretanto o autor assinala que esta dualidade não expressava a amplitude do conceito de opinião pública e suas nuances, pois nem sempre existiam partidários rígidos de uma ou outra concepção.

Assim, a constituição da imprensa no Brasil se conformou em um contexto de consolidação do paradigma cartesiano e, mesmo que, inicialmente, características como objetividade e imparcialidade não sejam balizadoras da linguagem nos jornais, a opinião era entendida tanto como expressão racional quanto forma de instrução do público não letrado. Grande parte dos jornais do século XIX, desta forma, nascem movidos pela força política e engajados a causas partidárias. Principalmente após a eliminação da censura prévia, em 1821, os periódicos passaram a assumir posições políticas e ideológicas independentes do poder central e que, muitas vezes, descambavam para a agressividade de tal forma que, segundo Medina (1988), a imprensa politicamente militante era um mero reflexo de uma situação efervescente na medida em que o interesse principal dos jornais era, antes de informar, formar opiniões. Diferentemente dos jornais contemporâneos, nessa época se percebiam claramente as divisões entre jornais republicanos, conservadores ou mesmo conciliadores. Isto porque o atual modelo da

objetividade jornalística ainda não dotava sentido hegemônico às publicações do período, pois tratava-se de uma imprensa artesanal, que se utilizava de rudimentares prensas tipográficas e que se dividia entre a recém chegada liberdade de expressão e os limites do controle econômico e do Estado:

[...] os jornais eram mais doutrinários que informativos, redigidos por uma só pessoa, vinculados a uma liderança ou facção política, com linguagem veemente, formato pequeno e periodicidade irregular (quando muito, três vezes por semana), sendo comum o aparecimento de títulos efêmeros, às vezes com apenas um número (MOREL, 2003: 47).

Entretanto, Bahia (1990) aponta a existência de uma outra imprensa que se situa entre o oficialismo da *Gazeta do Rio de Janeiro* e a combatividade do *Correio Brasiliense*. Prezando pelo modelo do jornal independente, diversos periódicos como *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil* se identificam com a expansão comercial exemplificada pelo modelo estadunidense, e não tanto com o engajamento partidário à imagem europeia. Conjectura esta possibilitada pela aliança da burguesia ascendente nas cidades com a aristocracia rural. Desta forma, o jornalismo vivenciava uma ambiguidade entre a presença explícita ou não da opinião, pois ainda não existia um modelo triunfante. Entretanto, os periódicos de tribuna expressavam a opinião como um produto da razão humana que, ao mesmo tempo, se alimentava e se relacionava com a linguagem e o humor do senso comum.

No período da Monarquia (1822 a 1831), há uma proliferação de jornais e de leitores. Surgem as primeiras faculdades – de investimento estatal – e os colégios – religiosos. Paulatinamente, estabelece-se uma ruptura com a dominação portuguesa e o nascimento de uma consciência política menos dependente de Portugal. Exemplo disso é a ocupação de cargos públicos por brasileiros. Já durante a Regência (1831 a 1840), surgem os anarquistas, as teses filosóficas liberais e, finalmente, o sentimento republicano. O embate ferrenho pelo poder travado entre liberais e conservadores refletia-se na imprensa da época, que teve uma explosão de crescimento nos anos 1831-1833. Contudo, a partir de

1834, o número de periódicos é drasticamente reduzido devido ao fato do governo imperial implantar uma legislação controladora para deter a expansão de jornais. Atos de repressão como ameaças, prisões e até assassinatos de redatores também foram realizados (MOREL, 2003). O Segundo Império (1840 – 1889) é, segundo Bahia (1990), caracterizado por ampla liberdade de imprensa. Diversas publicações contam com a presença de Machado de Assis como revisor e apresentam alguns ensaios de caricatura. Contudo, a eclosão e a vitória na Guerra do Paraguai (1864 – 1870) arrefeceu o debate sobre a escravidão, pois a maioria dos soldados eram negros escravos que saíam como vencedores no conflito.

Em meio a uma sociedade escravista, as relações entre jornais, elites e escravos tinham grande interdependência. Em geral, os jornais das cidades e capitais publicavam discursos em defesa da escravidão, inclusive discursos pseudocientíficos que justificassem o racismo. No entanto, alguns desses jornais abriam espaço aos protestos abolicionistas, principalmente quando a campanha contra a escravidão e a crise deste modelo se expandiram. No entanto,

[...] o escravo aparecia marcando o papel da imprensa como valor de troca, que estreitava os laços de boa parcela das elites culturais, formadoras de opinião, com a escravidão e com os poderes governamentais. Escravos e jornais tinham em comum a condição de mercadoria, mas não se limitavam a esse aspecto. Ou seja, eram mercadorias complexas, cuja reação nem sempre era previsível (MOREL, 2003: 95).

Mesmo as tiragens restritas, o alto nível de analfabetismo e o domínio do escravo tratado como mercadoria não anulavam a possibilidade de um escravo pago poder ser alfabetizado e comprar um jornal com seu soldo⁴. Isto porque “os cativos eram não apenas objetos ou tinham suas vidas influenciadas pelos impressos, mas também deixavam suas marcas na imprensa” (MOREL, 2003: 98). Dessa forma, o autor classifica em dois momentos a posição das elites culturais em relação

⁴Morel (2003) assinala que nos anos 1820 um escravo de ganho recebia aproximadamente 80 réis como pagamento diário de trabalho, valor que, frente ao preço dos jornais, que custavam entre 40 e 80 réis, pode vir a quebrar a ideia comum de que a presença negra era homogênea.

ao tema. No primeiro, entre 1808 e fins da década de 1870, predomina o silêncio diante da escravidão, com apenas algumas vozes a favor da emancipação do negro, mas sem consequências práticas. Já a partir de 1880, surgem os periódicos engajados a causa abolicionista os quais, em meio ao contexto de crise da sociedade escravista, ajudam a promover uma mudança no modelo vigente.

Até meados de 1870, pouquíssimas ilustrações eram publicadas nos jornais. No Brasil do século XIX, a fruição da imagem era prazer de poucos. “Obras de arte, quadros e pinturas encontravam-se nas mansões, e o acesso aos raros e preciosos livros ilustrados era restrito” (MOREL, 2003: 66). Os desenhos feitos a partir de fotografias desempenharam um papel meramente ilustrativo tendo em vista que não contavam uma história. Em 1860, foi fundado o primeiro periódico humorístico ilustrado. Chamado de *Semana Ilustrada*, teve grande popularidade e durou dezesseis anos. A Guerra do Paraguai foi um dos temas que impulsionaram a publicação de ilustrações, charges e fotos, porém estas últimas apareciam em pequena quantidade tendo em vista as dificuldades técnicas de reprodução já que ainda se utilizava o método litográfico.

Em 1876, nasce o periódico satírico de maior popularidade no século XIX, a *Revista Ilustrada*. Ângelo Agostini, fundador da publicação, criticava o governo central com suas ilustrações e desenhos de extrema irreverência. No entanto, a presença de fotografias em jornais se desenvolve no final do século XIX e revela a busca pela apreensão da verdade do fato, ou seja, a foto com o ar de cópia fiel da realidade:

É certo que a fotografia recém-nascida do século XIX trazia uma dimensão de lazer, consumismo, modismo tecnológico, empolgação pela novidade, mas, principalmente, de possibilidade de “reprodução do real”. Nessa condição, entretanto, aplicava-se a usos mais “sérios”: ligara-se estreitamente à medicina e ao controle da criminalidade e, também, ao registro de eventos do presente, celebrações, festejos, cenas cotidianas, encenações de poder de autoridades e, inclusive, revoltas e contestações. Havia relação entre ciência, movimentos sociais, guerras e produção da imagem (MOREL, 2003: 74).

No momento em que se propõe uma verdade, outras são deixadas de lado. Desta forma, a fragmentação jornalística nessa etapa da imprensa brasileira ainda não tinha atingido seu auge, mas seu germe estava por nascer na medida em que o jornalismo cada vez mais se consolidava como uma atividade econômica e urbana. As duas últimas décadas que seguem no século XIX marcam o início da passagem da imprensa de estrutura individual, improvisada, provisória e política para “as mãos de uma organização familiar, sólida, solidária, permanente, convergente em seus interesses de classe” (BAHIA, 1990, p. 81). Segundo o autor, a pequena imprensa de oposição não desaparece inteiramente, mas ao longo do tempo é substituída por estruturas industriais de uma sociedade capitalista. De periódicos que tomavam partido passaram, a fim de ampliar seu leque de leitores, a isentos. Mas este é um outro longo capítulo da história da imprensa brasileira...

Bibliografia

- BAHIA, Juarez. (1990) *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. (2006) *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- MEDINA, Cremilda. (1988) *Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2. ed. São Paulo: Summus.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. (2003) *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A.